

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CONCURSO PÚBLICO 2022

Nível Superior - Prova Objetiva

LÍNGUA PORTUGUESA

Questão	Resposta ao recurso
1	O autor, no segundo parágrafo do texto, utiliza um recurso linguístico argumentativo estratégico, nesse contexto, denominado “discurso citado”. A partir de uma sequência de exemplos ilustrativos trazidos para o texto, o autor comprova ao leitor a importância da matemática no dia a dia dos indivíduos.

INFORMÁTICA

Questão	Resposta ao recurso
11	A questão aborda o conteúdo indicado na bibliografia presente no edital, a saber: NETO, Pedro; ARAÚJO, Wagner. Segurança da Informação: uma visão sistêmica para implantação em organizações. João Pessoa: Editora da UFPB, 2019. 160p. A literatura indicada baseia-se nos conceitos de gestão de riscos da Norma ABNT NBR ISO/IEC 27005:20011 conforme descrito nas páginas 47,48 e 55 e aborda algumas metodologias de avaliação de riscos, entre elas: FRAAP – páginas 61,62 e 63 / COBIT 5 for Risk – páginas 60 e 61 / CORAS – páginas 56 / GRSIC – páginas 69,70 e 71

LEGISLAÇÃO

Questão	Resposta ao recurso
18	O recurso utilizou-se do MCASP 9ª Edição, que não observa o parágrafo 11 do art. 165 da Constituição da República “Trata-se de princípio novo que define o dever de execução das programações orçamentárias, o que supera o antigo debate acerca da natureza jurídica da lei orçamentária, ou seja, se as programações representavam mera autorização para a execução (modelo autorizativo) ou se, diante do sistema de planejamento e orçamento da Constituição de 1988, poder-se-ia extrair o caráter vinculante da lei orçamentária, o que acabou prevalecendo. De acordo com o § 10 do art. 165 da CF, a administração tem o dever de executar as programações orçamentárias, adotando os meios e as medidas necessários, com o propósito de garantir a efetiva entrega de bens e serviços à sociedade. Esse dever de executar as programações que constam da lei orçamentária foi inserido pela Emenda Constitucional 100, de 2019. Ampliou-se, para todo o orçamento público, o regime jurídico de execução que já se encontrava definido para as programações incluídas por emendas individuais (desde a EC nº 85, 2015, que promoveu mudanças no art. 166 da CF). O dever de execução é um vínculo imposto ao gestor, no interesse da sociedade, que o impele a tomar todas as medidas necessárias (empenho, contratação, liquidação, pagamento) para viabilizar a entrega de bens e serviços correspondente às programações da lei orçamentária. A própria Constituição esclarece que o dever de execução não se aplica nos casos em que impedimentos de ordem técnica ou legal, na medida em que representam óbice intransponível para o gestor. É o caso, por exemplo, da necessidade legal de cumprir metas fiscais, o que requer contingenciamento das despesas. O caráter impositivo da execução do orçamento importa apenas para as chamadas despesas discricionárias (não obrigatórias). Isso porque a execução das despesas “obrigatórias” - aquelas cujo orçamentação, empenho e pagamento decorrem da existência de legislação anterior, que cria vínculos obrigacionais - define-se pela própria norma substantiva, e não pelo fato de constar da lei orçamentária.” Fonte: https://www2.camara.leg.br/orcamento-da-uniao/cidadao/entenda/cursopo/principios

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

CONCURSO PÚBLICO 2022

Nível Superior - Prova Objetiva

BIBLIOTECÁRIO

Questão	Resposta ao recurso
23	<p>O concursando afirma: “a matéria cobrada na questão 23 se refere a ética geral do profissional contábil e essa matéria não consta na referência bibliográfica para estudo. O que consta é a ética na perícia contábil. Tendo em vista que a cobrança na prova sobre ética contábil não ficou clara, solicito anulação da questão 23 da prova de contador.”</p> <p>De acordo com as referências bibliográficas: “ CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Normas brasileiras de contabilidade: NBC PG 01 – Código de Ética Profissional do Contador. Brasília, 2021. “ O CEPC perpassa todas as atividades profissionais exercidas pelo Contador.</p>
39	<p>O MCASP CITA “Patrimônio Líquido”. E NÃO A LEI 4.320/64. QUE CITA “SALDO PATRIMONIAL”. O PCASP possui a seguinte estrutura básica, em nível de classe e grupo: Ativo Circulante, Ativo Não Circulante, Passivo Circulante, Passivo Não Circulante e Patrimônio Líquido. (p. 466, 467).</p> <p>O Quadro Principal do Balanço Patrimonial será elaborado utilizando-se a classe 1 (Ativo) e a classe 2 (Passivo e Patrimônio Líquido) do Plano de Contas Aplicado ao Setor Público (PCASP). (MCASP, 2021; p. 511)</p>
45	<p>A questão em apreço faz menção literal da Constituição Do Estado Do Rio De Janeiro, em seu artigo 129, ii. Portanto, o que realmente estar escrito e não ao sentido dos substantivos.</p> <p>“A Constituição do Estado do Rio de Janeiro, de 1989, <u>descreve</u> (...)”.</p> <p>LOGO A PALAVRA “SUBSIDIAR”, APONTADA NO RECURSO, INVIZABILIZA a solicitação requerida. POIS, A literalidade da questão está no II, do artigo 129. “comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração estadual, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado”, e não do item “SUBSIDIAR”.</p>
47	<p>I - verificação da regularidade da arrecadação e recolhimento da receita assim como a do empenho, liquidação e pagamento da despesa; Lei nº 287, de 04 de dezembro de 1979 (Art. 202, I)</p>
49	<p>Justificativa: O prazo médio de recebimento indica o tempo médio em dias que a empresa receberá suas vendas a prazo. Esse indicador é calculado com base no (contas a receber x 360) dividido pela receita bruta. Esse indicador está apresentado na página 173 do livro do PADOVESE, Clovis Luís. Análise das Demonstrações Financeiras. 3ª edição Revista e Ampliada, São Paulo: Editora Cenegage Learning, 2010; capítulo 5, página 173.</p> <p>No caso da questão 49 temos: Contas a receber (clientes) = \$128,00; Receita Bruta (Receita operacional bruta) = \$900,00; e Multiplicador do contas a receber = 360 dias => vide definição dada na página 173 do capítulo 5 do livro do PADOVESE, Clovis Luís. Análise das Demonstrações Financeiras. 3ª edição Revista e Ampliada, São Paulo: Editora Cenegage Learning, 2010 PMR (prazo médio de recebimento) = (Contas a receber x 360 dias) / Receita Bruta PMR = (\$128,00 x 360) / \$900,00 = \$51,20 Resposta correta da questão 49 = letra B</p>

UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CONCURSO PÚBLICO 2022
Nível Superior - Prova Objetiva

53	<p>capítulo 9, página 259 item 9.1 – “Denomina-se capital de giro próprio (CGP) a diferença entre ativo e passivo circulante” – PADOVESE, Clovis Luís. <i>Análise das Demonstrações Financeiras</i>. 3ª edição Revista e Ampliada, São Paulo: Editora Cengage Learning, 2010;</p> <p>A única alternativa que temos contas de ativo e passivo circulante é a alternativa “A” que são: clientes, fornecedores e salários a pagar.</p>
----	---